



CÂMARA MUNICIPAL

TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO

Objeto: _____

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI

Nº 22/2023

AUTOR: Ver. Prof. Sebastian - CIDADANIA

EMENTA: Dispõe sobre a garantia de Intérprete De Língua Brasileira De Sinais (LIBRAS) para atendimento à população na Administração Pública Municipal E Poder Legislativo no âmbito do município de Tangará Da Serra.

Entrada: 06/06/2023

Autor: _____

_____/_____/_____

Dia Entrada



CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra

Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE APOIO À
ATIVIDADE LEGISLATIVA

Controle de Tramitação	Votos Favor	Votos Contra	Abst.	Apro-Vados	Rejei-Tados	Visto	(X) Projeto de Lei () Requerimento () Indicação () Moção () Emenda à LOM () Projeto de Resolução () Parecer () Outros _____	Número 022/2023
1ª Discussão () Única..... () / /								
2ª Discussão () / /								
Redação Final / /								
Conces. de Vista / /								
Outros / /								

Autor : VER. PROF. SEBASTIAN- CIDADANIA

PROCOLO:
Recebi em: 06/06/2023

Secretário

DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E PODER LEGISLATIVO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

A Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o disposto no Artigo 45 e demais disposições do Regimento Interno, apresenta para apreciação e deliberação do Soberano Plenário o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica a Administração Pública Municipal que oferece atendimento direto ao público e o Poder Legislativo Municipal obrigados a disponibilizarem intérprete de LIBRAS para garantir acessibilidade plena e compreensão à comunidade surda ou com algum tipo de deficiência auditiva.

§ 1º - Entende-se como intérprete de LIBRAS o profissional presencial proficiente em Libras/Língua Portuguesa e Língua Portuguesa/Libras.

Art. 2º - Para efeitos desta lei considerar-se-á- o que segue:

I – Central de atendimento de acessibilidade em Libras disposto no Paço Municipal do Executivo Municipal com a presença de 1 (um) intérprete.

II – Poder Legislativo – garantia de 1 (um) intérprete ou sistema que integre e supra a função. O profissional ficará à disposição para atendimento ao público da Câmara Municipal, Sessões Solenes e Audiências Públicas dentro e fora da mesma.

Art. 3º - Em relação à presença de intérpretes de LIBRAS nas escolas municipais, repisamos o que determina o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que estabelece que estudantes com deficiência auditiva tenham o direito a uma educação bilíngüe nas classes regulares. Isso significa que eles precisam aprender LIBRAS como primeira língua e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua.

Art. 4º - O intérprete presencial atenderá em consonância com os horários de funcionamento do serviço de atendimento ao público.

Art. 5º - O Poder Executivo e Poder Legislativo poderão dispor ainda de uma Central de LIBRAS, por meio eletrônico, que garanta o atendimento e mediação às pessoas surdas no serviço público municipal.

Art. 6º - Fica facultado à Administração Pública Municipal e ao Poder Legislativo habilitar e/ou treinar um servidor ou ainda disponibilizar/designar um servidor já habilitado/treinado para prestar o atendimento em libras aqui descrito.

Art. 7º - Os locais descritos no artigo 2º deverão afixar avisos em locais visíveis informando sobre o serviço prestado.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias.

§ 1º - O município poderá firmar convênio com entidades especializadas em LIBRAS para contratação de profissionais qualificados para a função de intérpretes ou para a formação de novos intérpretes e ainda parceria com o Estado para cedência ou cooperação técnica.

Art. 9º - O município terá o prazo de 90 dias para se adequar a esta lei.

Art. 10º - O Executivo Municipal regulamentará esta lei no que couber.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações “Daniel Lopes da Silva”, Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, a seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

Ver. Prof. Sebastian
"Lutar pelo bom, pelo justo
E pelo melhor do mundo"


cidadania

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo incluir o intérprete de Libras para o atendimento ao público no Poder Executivo Municipal e Legislativo Municipal a fim de atender a Comunidade Surda em nosso município, visando o cumprimento de legislação vigente que garante os Direitos da Pessoa com Deficiência.

A Lei Federal nº 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, define em seu artigo 2º:

“Considera-se pessoa com deficiência aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

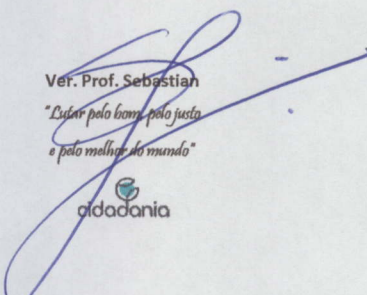
O Estatuto prevê, ainda, em seu artigo 8º, a respeito do direito à acessibilidade:

“Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.”

Na condição de legislador, dentro das competências legislativas, encaminho tal iniciativa por meio deste Projeto de Lei, e cito ainda o exemplo da Lei Municipal nº 8.362/2019 de autoria do Legislativo Municipal, em vigor no município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, na qual foi declarada como constitucional pelo Tribunal de Justiça do referido Estado, na **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70083245431** em desfavor do Executivo Municipal que questionava a constitucionalidade da mesma, no que se refere à obrigatoriedade da presença de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRÃS) ou de sistema que integre e supra essa função em todas as agências

bancárias, empresas prestadoras de serviços públicos e órgãos que compõem a Administração Pública naquele Município. Assim, conto com o habitual apoio dos nobres pares, para aprovação do referido Projeto de Lei em **REGIME DE URGÊNCIA SIMPLES**.

Plenário das Deliberações "Daniel Lopes da Silva", Câmara Municipal de Tangará da Serra, estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.


Ver. Prof. Sebastian

*"Lutar pela bom, pelo justo
e pelo melhor do mundo"*


cidadania